

## MAGISTRADOS DO ESPÍRITO SANTO PARTICIPAM DE CURSO PIONEIRO SOBRE CONTRATO DE SEGUROS

COM 35 JUÍZES inscritos, começou no dia 23 de março o primeiro curso de aperfeiçoamento na área de seguros para magistrados do Espírito Santo. Pioneiro em todo o Brasil, o curso é promovido pela Escola Nacional de Seguros (FUNENSEG) e pela Escola da Magistratura do Espírito Santo (EMES), com apoio do Sindicato das Seguradoras do RJ/ES e do Sincor-ES. Seu objetivo é permitir que os magistrados tenham compreensão mais aprofundada das particularidades do contrato de seguro.

“Com esse curso atingimos o grau máximo no relacionamento que temos

tido ao longo de muitos anos com a Magistratura brasileira no sentido de levar aos magistrados informações sobre o seguro”, disse Ronaldo Vilela, diretor-executivo do Sindicato das Seguradoras do RJ/ES, que participou da cerimônia de abertura junto com o diretor da EMES, juiz Sérgio Ricardo de Souza. O sucesso da iniciativa atraiu o interesse de Escolas da Magistratura de outros estados, que já consultaram a FUNENSEG para montar um programa semelhante.

O curso está dividido em cinco módulos e se estenderá ao longo deste primeiro semestre, com carga de 22 horas. A aula inaugural foi ministrada pelo professor Gustavo Caldas, da FUNENSEG, e tratou dos temas Teoria Geral do Seguro, O Mercado de Seguros no Brasil e O Papel do Corretor de Seguros e sua Responsabilidade. O próximo módulo será ministrado pelo desembargador Sylvio Capanema de Souza, que tratará de Aspectos Jurídicos do Contrato de Seguro e O Contrato de Seguro no Código Civil.



O professor Gustavo Caldas, da FUNENSEG, ministrou a aula inaugural



O primeiro curso de aperfeiçoamento na área de seguros teve 35 juizes inscritos

■ página 2:

PÁTIO LEGAL CHEGA  
À REGIÃO DOS LAGOS

■ página 3:

ENTREVISTA COM  
MÁRCIO DUBUGRAS

■ página 4:

DRFA TERÁ DEPÓSITO  
PARA GUARDA DE PEÇAS

# PÁTIO LEGAL SE EXPANDE E CHEGA À COSTA DO SOL

ATÉ O FIM DE ABRIL, todos os carros recuperados de roubo e furto pela polícia na região da Costa do Sol (Araruama, Saquarema, São Pedro da Aldeia, Rio Bonito, Cabo Frio, Búzios, Iguaba, Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu) serão rebocados para o novo Pátio Legal, que funcionará em Manguinhos, Armação de Búzios. O convênio que possibilitou a extensão do pátio a esses municípios foi assinado pelo presidente do Sindicato das Seguradoras do RJ/ES, Luiz Tavares, e pelo Chefe da Polícia Civil, Gilberto Ribeiro.

“Na Costa do Sol, esperamos recolher mensalmente 60 veículos provenientes de roubo e furto”, afirma Julio Avellar, administrador do Pátio de Legal, que já funciona plenamente em Deodoro e atende aos municípios do Rio de Janeiro, Baixada e Grande Niterói. Desde que foi criado, em 2005, o Pátio já recolheu e restituiu aos proprietários mais de 62 mil veículos.

Com a chegada do Pátio Legal à Costa do Sol, os corretores de seguros da região também poderão usufruir dos benefícios do Portal do Corretor, onde é possível cadastrar informações do veícu-

lo roubado ou furtado de seu cliente. O sistema possibilita que ele seja informado imediatamente quando houver a recuperação do veículo. O portal fica no site [www.patialegal.com.br](http://www.patialegal.com.br). Desde a sua entrada em operação, em dezembro do ano passado, 82 veículos foram cadastrados e 21 recuperados e devolvidos aos proprietários mediante uso dessa facilidade.

Relatório do Instituto de Segurança Pública (ISP), da Secretaria de Segurança, aponta a região formada pelos municípios que compõem a Costa do Sol como responsável pela maior quantidade mensal de veículos recuperados no interior do Estado. A escolha de Búzios ficou facilitada devido ao fato de a delegacia da cidade estar integrada ao Programa Delegacia Legal, o que permite sua atuação como extensão da Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA).

O Pátio Legal é uma parceria entre o Sindicato, a Fenaseg, a Secretaria de Segurança e o Detran, e atende qualquer proprietário, independentemente de o veículo ser segurado. O controle da guarda e da devolução fica a cargo da DRFA.

## MARCAÇÃO DE PEÇAS AJUDA A COMBATER DESMANCHE ILEGAL

Cerca de 500 pessoas compareceram, no último dia 3 de abril, ao leilão do Pátio Legal, promovido pelo Detran. Na ocasião, foram arrematados todos os 84 lotes ofertados, entre automóveis e motos. Este foi o 11º leilão do Pátio Legal e a novidade foi a marcação de peças e partes dos veículos com o produto chamado DNA Security.

Segundo Julio Avellar, a marcação de peças e partes dos veículos é uma contribuição importante aos esforços da Polícia do Rio no combate aos desmanches ilegais e ajuda na prevenção à fraude. Hoje, uma parte significativa dos veículos roubados não é recuperada, pois é desmanchada ilegalmente.

O DNA Security já é amplamente utilizado em veículos segurados, cujas apólices têm desconto pela marcação.

## O PÁTIO LEGAL EM NÚMEROS

Veículos recolhidos: **62.102**

Veículos devolvidos: **60.579**

Prazo médio de devolução: **5,91** dias

Foram a leilões: **1.265**

# "FERRO-VELHO NÃO VAI MAIS FOMENTAR O ROUBO E O FURTO DE VEÍCULOS NO RIO"

O TITULAR da Divisão de Roubos e Furtos de Veículos afirma que a conquista de um depósito para peças apreendidas dará à polícia o instrumento que faltava para combater os ferros-velhos ilegais, que alimentam o crime. Marcio Dubugras diz que os índices de roubo e furto estão em queda e vão cair ainda mais.

**Como está o combate ao roubo e ao furto de veículos no Rio?**

Temos feito uma ronda diária, com apoio das delegacias especializadas e da capital, em quatro áreas distintas de quatro delegacias, com cinco viaturas. As áreas são selecionadas pela maior incidência de roubos e furtos e, a partir do mapeamento, são indicadas até mesmo as ruas que devem ter ronda de pelo menos uma das viaturas

*Esse é um trabalho importante que ajudou a reduzir o roubo em 4% no mês de fevereiro*

participantes da operação. Esse é um trabalho importante que ajudou a reduzir o roubo em 4% no mês de fevereiro. Temos preocupação grande com o roubo porque está ligado a outros crimes, como o assalto a bancos, bonde de traficantes e homicídios praticados por esquadrões da morte, além

de também abastecer os ferros-velhos ilegais. Além da ronda, mapeamos as favelas, para identificar onde está havendo mais roubos e furtos e fazemos operações nesses locais. Sabemos que os traficantes estão por trás desse crime e nossa presença na favela é um inibidor. Com isso, conseguimos resultado muito bom.

**E os ferros-velhos, que se abastecem tanto dos veículos roubados quanto furtados? A lei que disciplinou o setor já deu os resultados esperados?**

A estimativa é de que existam 300 ferros-velhos no Rio de Janeiro. Destes, mais de 200 estão interditados, por falta da documentação necessária para funcionamento, e 24 estão autorizados, já de acordo com a lei que disciplinou o setor. Fazemos fiscalizações diárias na capital, Baixada Fluminense e Niterói e os interditados que reabrem irregularmente são fechados e os responsáveis levados para a DRFA, onde são autuados também por desobediência. A Lei é fantástica porque nos dá esse poder de interdição. Mas ainda falta um local para poder guardar as peças apreendidas para dar efetividade maior à legislação. Não adianta interditar o estabelecimento se não apreender as peças, pois elas serão vendidas no próprio ferro-velho



clandestinamente ou voltam ao mercado de outra forma. Quando tivermos isso, a incidência de roubos e furtos vai cair ainda mais. Estamos com queda nos roubos há mais de 20 meses.

**Como será feito o controle?**

Quando um dono de ferro-velho comprar um veículo, terá que dar entrada na DRFA no pedido de autorização para comercializar aquele veículo, e não pode haver estocagem de peças. Quando um interessado comparecer ao ferro-velho para comprar determinada peça, ela terá que ser retirada na hora e deve haver registro de entrada e saída. Não vai ser mais possível trabalhar na ilegalidade. Não vamos permitir que o ferro-velho continue a fomentar o roubo e o furto de veículos.

# DEPÓSITO PARA GUARDA DE PEÇAS APREENDIDAS VAI PERMITIR COMBATE EFETIVO AO ROUBO E AO FURTO DE VEÍCULOS NO RIO

COM A COLABORAÇÃO do Sindicato das Seguradoras do RJ/ES na criação de um depósito para a guarda de peças apreendidas, a Lei dos Ferros-Velhos poderá vir a ser cumprida em sua integridade, interrompendo a cadeia que alimenta o roubo e o furto de veículos no Rio. O depósito pretendido, cujo funcionamento ficará a cargo da Divisão de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA), está localizado na Via Dutra, próximo a uma das regiões com maior número de estabelecimentos clandestinos de desmanche de veículos. A cessão do imó-

vel já foi pedida pelo governador Sérgio Cabral ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT).

Sancionada em março do ano passado, a Lei transferiu do Detran para a DRFA o controle e a fiscalização dos ferros-velhos, que tiveram prazo para se adaptar às novas regras. Desde então, já foram fechados por falta de documentação mais de 200 dos 300 estabelecimentos que se estima existirem no Rio. A Polícia, entretanto, não pode apreender as peças clandestinas que encontra porque não tem onde guardar. Com o depósito

funcionando, o proprietário das peças apreendidas terá 180 dias para retirá-las, apresentando a documentação correta, ou serão destruídas, para evitar que retornem ao mercado.

Segundo o delegado Marcio Dubu-gras, da DRFA, os ferros-velhos clandestinos são responsáveis por mais de 30% dos roubos e furtos de veículos no Rio. Ele acredita que a lei já deu resultado na diminuição da incidência desse tipo de crime, mas afirma que a queda será maior ainda quando a Polícia tiver o depósito para guardar as peças.

## PRESIDENTE DO DETRAN VISITA O SINDICATO

O presidente do Detran, Fernando Avelino Vieira, visitou o Sindicato, onde almoçou com a Diretoria e tratou de temas de interesse comum, como a parceria que levou à criação do Pátio Legal. Durante a conversa, também foi destacada a importância da portaria

do Detran que corrigiu distorções no sistema de transferência de veículos salvados, evitando perda de receitas para o Rio. Antes da portaria, a seguradora era obrigada a fazer vistoria, transferir o salvado para seu nome e pagar a taxa respectiva, ainda que não

fosse ficar com o veículo, razão pela qual muitas companhias estavam preferindo levar os veículos para outros estados. Com a portaria, a transferência é provisória e a taxa é paga apenas pelo comprador do salvado, no final da operação.



Fernando Avelino (2º à esquerda), no almoço com membros da diretoria

### EXPEDIENTE

Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho (Seguradora Líder - DPVAT) Vice-Presidentes: Federico Baroglio (Generali); Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo (SulAmérica); Lúcio Antonio Marques (Previdência do Sul); Diretores: Almir de Oliveira Fernandes (Tokio Marine); Fabio Lins de Castro (Prudential); José Carlos Lyrio Rocha (Banestes); José Fernando Romano Furné (Brasilcap); Laur Fernandes Diuri (Allianz); Luiz Antônio Mac Dowell da Costa (Brasilveículos); Luiz Augusto Momesso (Aliança do Brasil); Marcos Acildo Ferreira (Marítima); Renato Campos Martins Filho (SBCE); Roberto de Souza Santos (Azul); Vanessa Kischner (Unibanco); Wilson Toneto (Mapfre) | Diretor Executivo: Ronaldo M. Vilela | Produção: FSB Comunicações | Coordenação: Carlos Grandin | Redação e Edição: Antônio Fábio | Projeto Gráfico: Bruno Bastos | Diagramação: Mariana Laplace  
R. Senador Dantas, 74 / 17º - Centro - RJ - CEP 20031-205 - Tel. 2240-9008 - www.sindicatodasseguradorasrj.org.br